



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR
SEPN, Quadra 505, Bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.730-542
Fone: (61) 2028-2346

E-mail: sec.executiva@cnrh.gov.br

Ofício - Circular nº 03/2016/CTPOAR/CNRH/MMA

Brasília, 30 de junho de 2016.

Assunto: Consultar a CONJUR/MMA quanto a competência legal do Estado para cadastrar ou emitir outorga de direito de uso do recurso hídrico de forma impositiva.

Senhor (a),

1. A **Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR** realizou sua 110ª Reunião nos dias 14 e 15 de junho, e durante as discussões sobre possíveis revisões das Resoluções nº 16/2001 e nº 126/2011 não houve consenso se há competência legal do Poder Público para cadastrar ou emitir outorga de direito de uso do recurso hídrico sem a solicitação do usuário, ou seja, de forma impositiva.

2. Desta forma, solicitamos que a Secretaria Executiva do CNRH consulte a Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente sobre o tema exposto, tendo em vista a manutenção da segurança jurídica das resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Atenciosamente,

ELLEN KENIA K. PANTOJA
Presidente da CTPOAR



MMA/Departamento: SRHU	
Nº 015465/2016-00	
Data 08.07.2016	Rubrica

Memorando nº 162/2016/GAB/SRHU/MMA

Em, 08 de julho de 2016.

À Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente (CONJUR/MMA),

Assunto: Esclarecimento quanto a competência legal do Estado para cadastrar ou emitir outorga de direito de uso do recurso hídrico de forma impositiva.

1. A outorga de direito de uso de recursos hídricos é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e possui como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água, competindo ao Poder Público a sua emissão para os diversos usos estabelecidos na Lei 9.433/1997, devendo preservar o uso múltiplo destes.
2. A Resolução CNRH nº 16, de 08 de maio de 2001, estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos. Em seu art. 1º descreve a outorga de direito de uso de recursos hídricos como o ato administrativo mediante o qual a autoridade outorgante faculta ao outorgado previamente ou mediante o direito de uso de recurso hídrico, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato, consideradas as legislações específicas vigentes. A Resolução CNRH nº 126, de 30 de junho de 2011, aprova diretrizes para o cadastro de usuários de recursos hídricos e para a integração das bases de dados referentes aos usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos.
3. Durante a 110ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, houve a discussão acerca da competência legal do Poder Público para cadastrar ou emitir outorga de direito de uso do recurso hídrico sem a solicitação do usuário, ou seja, de forma impositiva. Neste sentido, como não houve entendimento sobre o assunto, a CTPOAR, através do Ofício nº 03/2016 solicitou a esta Secretaria Executiva do CNRH que consultasse a CONJUR/MMA sobre a questão, tendo em vista uma futura revisão das Resoluções CNRH nº 16/2001 e nº 126/2011.
4. Portanto, buscando uma maior segurança jurídica das normas do CNRH, solicitamos esclarecimentos à CONJUR/MMA quanto a **competência legal do Poder Público para cadastrar ou emitir outorga de direito de uso do recurso hídrico sem a prévia solicitação do usuário, ou seja, de forma impositiva**. Agradecemos a atenção e celeridade na resposta deste Memorando.

Atenciosamente,

RICARDO J SOAVINSKI
Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

RECEBIDO GAB/SRHU
Data: 28/7/16 às 14:43
Davalhe



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - CONJUR

COTA n. 00180/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU

NUP: 00744.000118/2016-18

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

ASSUNTOS: GESTÃO PÚBLICA

1. Trata-se de consulta formulada pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU, por meio da qual solicitou-se a esta Consultoria Jurídica esclarecimentos acerca da existência, ou não, de competência legal do Poder Público para cadastrar ou emitir outorga de direito de uso do recurso hídrico sem a solicitação do usuário, ou seja, de forma impositiva.
2. No entanto, antes de esclarecer a referida indagação, entendo por bem ver algumas questões melhor elucidadas pela consulente, razão pela qual solicito ao Apoio Administrativo da CONJUR/MMA que retornem os presentes autos à SRHU, solicitando-lhe que informe em quais casos pretende-se impor a outorga de direito de uso de recursos hídricos sem a solicitação do usuário, explicitando ainda os motivos fáticos que justificariam eventual ato nesse sentido, bem como para que forneçam a ata da 110ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, com a transcrição da discussão do tema.

Brasília, 27 de julho de 2016.

FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES NOGUEIRA
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00744000118201618 e da chave de acesso 494dad96

Documento assinado eletronicamente por FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 9411542 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES. Data e Hora: 27-07-2016 11:37. Número de Série: 50336706811246547. Emissor: AC CAIXA PF v2.